RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA

2021

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

Assembleia Geral Ordinária convocada de acordo com a alínea b), art.º 22º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 21 de Abril de 2022

INTRODUÇÃO 5
1. CORPOS GERENTES QUADRIÉNIO 2020/2023 6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO 7
3. CONTAS DO PERÍODO 12
3.1. Análise Comparativa das Receitas da Instituição 12
3.1.1. Vendas e Prestações de Serviços 12
3.1.2. Subsídios à exploração 13
3.1.3. Doações e Heranças 15
3.1.4. Outros Rendimentos 15
3.2. Análise Comparativa dos Gastos da Instituição 16
3.2.1. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas 16
3.2.2. Fornecimentos e Serviços Externos 17
3.2.3. Gastos com o Pessoal 19
4. RELAÇÃO DE EMPRESTIMOS BANCÁRIOS VS DISPONIBILIDADE 20
BALANÇO 21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA 22
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 23
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 25
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 26
VOTO DE PESAR 57
AGRADECIMENTOS 57
DELIBERAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA 58

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

INTRODUÇÃO

Vem a Mesa Administrativa submeter à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, para discussão e votação, o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano 2021 e o Parecer do Órgão de Fiscalização. Foi a Assembleia convocada nos termos do disposto da alínea b) do nº 2 do art.º 22º do Compromisso da Irmandade desta Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

Depois do ano 2020 ter obrigado a alterar os aspetos operacionais e de projetos em virtude da pandemia, 2021 foi planeado com algum otimismo de retoma gradual da normalidade, mas que não foi alcançada. Os Planos contingenciais mantiveram-se em vigor, com alguns ajustes. Apesar da Misericórdia de Aveiro apresentar uma estrutura de intervenção mais bem preparada, isso não impediu que tivéssemos continuado focados em aspetos imediatos assentes na segurança dos nossos utentes, sobretudo idosos e crianças.

Para além da pandemia, que implicou no início do ano novas paragens na atividade diária, também os aumentos dos custos de muitos produtos e serviços com especial incidência no último trimestre do ano, uma atualização real dos Acordos de Cooperação em 2021 muito reduzida e as dificuldades no recrutamento de pessoal, criaram constrangimentos vários e a perversão de um caminho que expetávamos mais tranquilo e potenciador de um rumo mais previsível.

As atividades em 2021 mantiveram o padrão de 2020, sem alterações substantivas nas atividades junto dos nossos utentes nem na área dos investimentos. Em termos de funcionamento/organização, mantivemos no geral a dinâmica de 2020, aproveitando as aprendizagens feitas e as adaptações que os trabalhadores já tinham assimilado, sobretudo no Complexo Social da Moita onde as alterações que vinham de 2020 se mantiveram em 2021, com ganhos de eficiência e eficácia. Quanto aos objetivos orçamentais, estes foram superados, conforme as contas que apresentamos neste documento.

Os últimos dois anos foram de grandes ensinamentos. Desejamos ter aprendido, pois o nosso futuro foi indelevelmente alterado.

A Mesa Administrativa dirige uma palavra de grande gratidão e apreço a todas e todos aqueles que com empenho, perseverança e responsabilidade, contribuíram para que o ano de 2021 não tenha tido os reflexos tão negativos quanto a realidade vivida poderia vir a provocar.

1. CORPOS GERENTES QUADRIÉNIO 2020/2023

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
António Heleno Martins Canas
Vice-Presidente
Fernando Capela Santos Alcatrão
Secretária
Isabel Oliva-Teles

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor
Carlos Alberto Lacerda Pais
Vice-Provedora
Rosa Maria Pinho Vieira Pires
Tesoureiro
Victor da Conceição Negrais
Secretária
Andreia Vale Lourenço
Mesários Vogais
Maria da Conceição Leal Pisco Almeida
António Joaquim de Lima Correia Pinto
Patrícia Sarrico Ferreira da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente
Francisco José Silva Ferreira
Vice-Presidente
João Manuel da Cruz Martins
Secretária
Maria Judite Martins da Silva

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Quando da apresentação em Assembleia Geral do Plano de Ação, Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos para o ano 2021, apresentámos aos Irmãos os Eixos Estratégicos internos em que nos focaríamos. Considerando o contexto previsivelmente difícil e ao contrário de outros anos em que também considerámos como Eixos Estratégicos a *Qualidade e Inovação* e a *Notoriedade e Reconhecimento*, para 2021 restringimos os mesmos à ***Missão***, à ***Sustentabilidade*** e às ***Estruturas e Equipamentos***. Apresentamos no quadro seguinte a nossa **ação** naqueles três eixos:

Eixos Estratégicos		
MISSÃO	**SUSTENTABILIDADE**	**ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS**
Continuámos a desenvolver todas as respostas sociais, pois todas elas respondem a carências sociais. Houve interrupções exigidas pelas Orientações do Estado (creches, pré-escolares e Centro de Dia) motivadas pela pandemia, mas os valores da solidariedade e responsabilidade social mantiveram-se presentes mesmo nestas circunstâncias (p. ex. não cobrança de mensalidades e disponibilizámos apoios extraordinários a famílias carenciadas de crianças das creches e pré-escolares, assim como a utentes do Centro de Dia). Nas restantes respostas, também nos pautámos pela prestação de serviços humanizados e com ética profissional, assegurando os melhores níveis de qualidade. Mantivemos a responsabilidade e profissionalismo, com um grau de empenho que reflete a paixão com que nos dedicamos a todos os nossos utentes.	Cremos, humildemente, que a Misericórdia respondeu, sobretudo, ao presente. A projeção do futuro apresenta extrema incerteza. Assumimos um compromisso de zelo, alinhámos esforços e preservámos a Missão não colocando em causa a eficiência social nem sacrifício do futuro. Apresentamos em 2021 um resultado orçamental positivo, o que é de enorme importância para a nossa viabilidade. Recorremos aos apoios para o funcionamento em que eramos elegíveis: MAREES, Adaptar Social +, PMAA, regime de Lay Off e Medida Estágios Profissionais. A sustentabilidade é um processo. Estamos certos que, mesmo não tendo implementado medidas de elevado teor estruturante, ficámos mais conhecedores das nossas capacidades e fragilidades e assim ficámos mais capazes.	Tínhamos projetos e mantínhamos a esperança de podermos investir e avançar com projetos de melhoria física dos estabelecimentos para melhor conforto, higiene e segurança, quer dos utentes quer dos trabalhadores e trabalhadoras. Estas melhorias passavam por investimentos sobretudo no Complexo Social da Moita, Edifício Sede da Misericórdia e também pela abertura da Obra Irmãos Rangel. Apresentou esta Misericórdia um projeto ao Programa PARES 3.0 para o Complexo Social da Moita que não beneficiou de aprovação. Apresentámos concurso público para obras no Edifício Sede que ficou vazio, sem propostas de construtores. Apresentámos candidatura no âmbito do PROCOOP para a criação de uma nova resposta de SAD de que aguardamos resposta.

De modo a enquadrar a atuação naqueles três Eixos, é importante uma retrospetiva, não só ao ano de 2021 mas também a circunstâncias anteriores que, cumulativamente, em muito afetam a atual situação:

1. O **Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário** para o Biénio 2021-2022, só foi assinado na data de 5 de julho de 2021. Até esta data, as Instituições viveram na absoluta incerteza sobre os valores de atualização dos Acordos de Cooperação. A atualização real dos Acordos de Cooperação em 2021, face a 2020, foi apenas de 3,6%;
2. A recente celebração de **Adenda extraordinária ao Compromisso de Cooperação 2021-2022** traduziu-se apenas numa atualização de 2,7% nos Acordos de Cooperação, a deduzir ao valor final da negociação para 2022. Nesta data desconhecemos o ponto de situação desta negociação, a não ser algumas tomadas de posição de princípio da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS);
3. Desde 2015 a 2022, o **Salário Mínimo Nacional** (SMN) teve uma atualização de 39,6% (de 2021 para 2022 foi de 6%);
4. Desde 2015 a 2022 verificou-se uma **taxa de inflação** acumulada em Portugal de 9,06% (inclui ano de 2022 com estimativa, de março, do Banco de Portugal, de 4%). As previsões de crescimento em Portugal também estão a ser revistas em baixa, admitindo o Banco de Portugal, já este mês, um cenário ainda mais adverso em que os preços aumentam ainda mais e a economia pode mesmo estagnar. A título comparativo, a inflação da zona euro voltou a bater um novo recorde em fevereiro, ao chegar aos 5,8%, depois dos 5,1% de janeiro. A União Europeia é o maior parceiro comercial de Portugal e, mesmo todos os países da Zona Euro não pertencerem á União Europeia, os dados recentes referentes ao primeiro trimestre deste ano de 2022 levantam temores a que um cenário adverso se concretize;
5. Desde 2015 a 2022, os níveis de atualização na Cooperação por via dos **Acordos de Cooperação**, oscilaram entre 16% e 22%, conforme as respostas sociais, ficando claramente aquém do aumento dos custos no mesmo período;
6. O aumento dos custos com os **recursos humanos** nas Misericórdias, têm vindo a ser superiores aos indicadores do SMN e da taxa de inflação, por via da necessária diferenciação de muitos dos outros trabalhadores não abrangidos pelo SMN.

Neste contexto de elevada preocupação e complexidade, foi subscrita, ao fim de 25 anos de vigência, em 23 de dezembro de 2021, uma nova versão do **Pacto de Cooperação** " ... que constitui um compromisso entre o Estado Central (Governo), o Estado Local (as autarquias locais) e as Organizações Representativas do Sector Social (ORSS), que assume, reitera e aprofunda o modelo de trabalho colaborativo no âmbito das competências de diversos departamentos governamentais, modelo que conforma a matriz do Pacto de Cooperação, na sua versão inicial,

de 1996 – e que, desde então, tem constituído o referencial dos Compromissos de Cooperação celebrados anualmente, ancorados no papel com que a Constituição da República configura as Instituições particulares de solidariedade social como instrumento das políticas públicas na proteção social (em sentido amplo).". Este Pacto pretende atingir uma repartição equitativa (50%) dos **custos médios por utente** entre o Estado e as Instituições, num horizonte temporal de 10 anos.

Tem-se observado uma diminuição continuada do peso relativo das **comparticipações da Segurança Social**, acompanhada de um aumento também continuado do peso relativo das mensalidades (comparticipações dos utentes). Sem o compromisso do Estado e das Autarquias na inversão desta tendência, as Instituições de Solidariedade poderão afastar-se da sua matriz e daqueles que são a principal razão da sua existência: os mais carenciados.

Ao longo de 2021 continuámos com iniciativas no âmbito da **prevenção da transmissão da infeção por SARS-CoV2**, efetuando o acompanhamento da evolução da situação epidemiológica de utentes e colaboradores, particularmente no Complexo Social da Moita, onde a **população idosa**, identificada como um dos grupos de maior risco, não viu recuperada a retoma da normalidade no seu dia-a-dia, estando sujeita ao cumprimento do plano de contingência em vigor, em linha com as orientações e normas decretadas pela Direção Geral de Saúde. Assim, no âmbito da prevenção da transmissão da infeção por SARS-CoV-2, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Responder às solicitações de informações da Autoridade de Saúde e do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.);
- Manter o plano de contingência atualizado, considerando as orientações da Direção Geral de Saúde (DGS);
- Analisar e validar os planos de contingência específicos dos Estabelecimentos e/ou Respostas Sociais;
- Manter e verificar as áreas de isolamento para caso suspeito de COVID-19, estabelecendo novos protocolos para identificação e encaminhamento de suspeitos de infeção. Para além de outros aspetos, mantivemos quartos para isolamento na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas até ao início deste ano de 2022;
- Reforçar com regularidade as orientações, sensibilizando os colaboradores sobre prevenção e contágio pelo novo coronavírus, divulgando informação no âmbito da COVID-19, prestando esclarecimentos às chefias e colaboradores, designadamente os relativos a procedimentos básicos de etiqueta respiratória, higienização das mãos, superfícies e equipamentos de trabalho e conduta social na instituição;
- Planear, organizar e registar a testagem dos funcionários. Estes rastreios foram, e ainda decorrem em 2022, organizados pelo ISS. I.P. numa frequência semanal a cerca de ¼ dos funcionários do ERPI;

- Realização de testes antigénio rápidos nas circunstâncias em que o Protocolo o determinava;
- Informação aos familiares e pessoas de referência dos utentes sobre procedimentos para as visitas, operacionalização para saídas ao exterior com os utentes, etc.;

Conjuntamente com as dinâmicas identificadas, encontrar **recursos humanos** válidos e motivados para a área dos cuidados tem sido particularmente difícil, gerando situações operacionais de elevada complexidade. Desde janeiro de 2021 que junto do **Gabinete de Inserção Profissional (GIP)** efetuámos vários registos e inscrições de procura de trabalhadores de que resultaram várias entrevistas e algumas contratações. Efetuámos também uma articulação muito próxima junto do **Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro**, reunindo com o seu Diretor em 17 de junho de 2021, tendo efetuado uma apresentação da Instituição e planeado um processo de recrutamento. Em setembro de 2021 organizámos, conjuntamente, 3 sessões coletivas de divulgação para as nossas oportunidades de emprego, onde foram convocados/as 18 candidatos/as para cada sessão, num total de cerca de 50 desempregados/as, tendo sido possível contratar 2 pessoas.

Diversificámos também as formas e meios de procura, recorrendo a redes e associações de imigrantes e a plataformas/sites de emprego com expressão nacional e internacional.

As dificuldades têm sido imensas, o que se traduziu nos seguintes dados relativos a 2021:

- A saída de 25 funcionários/as com mais de um ano de contrato;
- A admissão de 30 funcionários/as que saíram no mesmo ano de 2021;
- A admissão de 31 funcionários/as que ainda se mantêm;

Verifica-se, pois, uma **elevada rotatividade de pessoal** com elevada incidência no ERPI. Para um universo de 165 trabalhadores/as a 31 de dezembro de 2021, o seguinte mapa ajuda a enquadrar a sua distribuição:

Antiguidade	Casa da Cruz	Centro Infantil	Complexo Social	Sede
0 – 2 anos	1	2	41	0
3 – 7 anos	1	3	24	3
8 – 12 anos	2	7	12	0
13 – 17 anos	3	1	11	3
>= 18 anos	12	2	34	3
Total	**19**	**15**	**122**	**9**

As **dificuldades de recrutamento** em 2021, que no geral se mantêm em 2022, foram transversais a vários setores de atividade em Portugal, não tendo esta Santa Casa sido exceção. Considerando o peso dos recursos humanos no quadro da instituição, as exigências técnicas e humanas das funções e o enquadramento legal, estamos obrigados a apostar em recursos humanos que cumpram a Missão, devendo para tal ser bem preparados tecnicamente. As chefias desempenham aqui um papel preponderante e, mesmo considerando a rotatividade

apresentada, têm tido um desempenho adequado ás circunstâncias, sobretudo numa avaliação de desempenho justa e, muitas vezes, efetuada num reduzido espaço de tempo.

Torna-se importante ir repensando a abordagem ao mercado de trabalho e, sobretudo, reorganizar o nosso capital humano potencializando a permanência daqueles que nos proporcionam a sua competência, dedicação e experiência, através de benefícios que desenvolvam a sua satisfação e autoconfiança, permitindo a sua permanência na instituição. Este é um vetor de elevado impacto nos serviços que prestamos aos **utentes e famílias**.

Em 31 de dezembro de 2021, as **respostas sociais** da Misericórdia tinham a seguinte frequência:

Área	Resposta	Frequência
Infância	Creche Centro de Infância Casa da Cruz	58
	Pré-Escolar Centro de Infância Casa da Cruz	45
	Creche Centro Infantil de Aveiro	49
	Pré-Escolar Centro Infantil de Aveiro	66
Idosos	ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas)	115
	Centro Dia	19
Família e Comunidade	Serviços de Apoio Domiciliário	50
	Casa Abrigo	15
	Casa Abrigo (acolhimentos de emergência)	3
	Beneficiários Rendimento Social de Inserção	188
	Programa Emergência Alimentar (Cantina Social)	29
	FEAC P.O. Apoio Pessoas Mais Carenciadas	100

A intervenção social da Misericórdia é caracterizada por uma multiplicidade de respostas e projetos com níveis de maturidade e complexidade distintos e com tempos de desenvolvimento igualmente díspares. Iniciou-se em 2021 o **processo de transferência de competências do Estado para as Autarquias**, tendo em Aveiro já se iniciado e quase concluído o processo de articulação entre a Autarquia e as Instituições, pelo que haverá alterações orgânicas nesta Santa Casa, prevendo-se uma intervenção mais alargada por parte da Misericórdia no âmbito dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), sendo o Protocolo de Acompanhamento de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção ali integrado.

3. CONTAS DO PERÍODO

3.1. Análise Comparativa das Receitas da Instituição

3.1.1. Vendas e Prestações de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviços, em 31 de dezembro de 2021, ascenderam a 1.493.983,70 euros, tendo registado um aumento de 69.521.17 euros face ao mesmo período de 2020, o que em termos percentuais significa um incremento de 4,88 %.

As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Vendas e Prestações de Serviços

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
Vendas	**39 555,51**	**31 300,66**	**8 254,85**	**26,37%**
Materiais de Consumo	39 555,51	31 300,66	8 254,85	26,37%
Prestações de serviços	**1 454 428,19**	**1 393 161,87**	**61 266,32**	**4,40%**
Comparticipações de Utentes e Familiares	**1 389 855,39**	**1 306 664,66**	**83 190,73**	**6,37%**
Terceira Idade	1 006 026,84	936 395,71	69 631,13	7,44%
Infância e Juventude	272 892,92	266 725,42	6 167,50	2,31%
Família e Comunidade	110 935,63	103 543,53	7 392,10	7,14%
Quotizações e jóias	**29 446,40**	**29 471,40**	**-25,00**	**-0,08%**
Quotizações de Irmãos	29 446,40	29 471,40	-25,00	-0,08%
Serviços secundários	**35 126,40**	**57 025,81**	**-21 899,41**	**-38,40%**
Igreja e Capelas Mortuárias	200,00	0,00	200,00	
Serviços Complementares - Infância e Juventude	2 158,50	1 367,30	791,20	57,87%
Serviços Complementares - Terceira Idade	6 121,88	5 369,75	752,13	14,01%
Serviços Unidade de Medicina Física e Reabilitação	26 646,02	50 288,76	-23 642,74	-47,01%
	1 493 983,70	**1 424 462,53**	**69 521,17**	**4,88%**

Regra geral todas as rúbricas das vendas e prestações de serviços tiveram um comportamento de crescimento, isto fruto da retoma de alguma normalidade no que diz respeito ao número de utentes a frequentar as respostas de maior significado. Certo é que o facto não se aplica a todas, nomeadamente a Resposta Social Centro de Dia, não individualizada no quadro acima, decresceu 5.960,37 euros passando de uma faturação de 36.056,75 em 2020, para uma faturação de 30.096,38 euros em 2021, representando uma queda em termos percentuais de 16,5%. Esta quebra fica a dever-se fundamentalmente à redução da procura.

A Unidade de Medicina Física e Reabilitação merece aqui também uma nota explicativa. Esta unidade tem vindo a sofrer um decréscimo na sua atividade fortemente ligada ao encerramento de serviços que eram prestados a clientes externos, devido à situação pandémica, tendo sido, a partir de julho de 2020 retomada a atividade focada unicamente na reabilitação dos utentes do ERPI do Complexo Social da Moita situação que foi mantida em 2021. Por força desta redução foi o serviço sofrendo reestruturações até julho de 2021, com o objetivo de ser ajustada a sua resposta à real necessidade e capacidade que o serviço pode prestar. Por força desta reestruturação embora o resultado desta unidade seja no final do exercício de -29.049,64 euros o valor acumulado até 31 de julho é de -23.478,39€ verificando-se a partir desta data uma franca melhoria sendo o resultado do período que decorreu até ao final do exercício somente de -5.571,25 euros.

Será de ponderar, assim que possível, a retoma da atividade plena desta unidade, tendo, no entanto, que ser muito bem ponderada a abertura da hidroterapia, tendo em conta os atuais custos energéticos.

Está nesta área a Mesa Administrativa fortemente empenhada em encontrar soluções energéticas mais económicas e sustentáveis.

3.1.2. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração aumentaram 115.404,09 euros face ao mesmo período de 2020, o que em termos percentuais significa um aumento de 6,03%, conforme se pode verificar no quadro que se segue:

Subsídios à exploração

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
Instituto Segurança Social	**1 902 410,96**	**1 782 764,86**	**119 646,10**	**6,71%**
Terceira Idade	747 306,86	712 119,74	35 187,12	4,94%
Infância e Juventude	659 063,12	620 015,03	39 048,09	6,30%
Família e Comunidade	335 426,04	323 768,39	11 657,65	3,60%
Protocolos	106 071,92	106 447,04	-375,12	-0,35%
Programa ADAPTAR SOCIAL+	3 838,00	3 851,76	-13,76	-0,36%
PAC - POAPMC/FEAC	0,00	3 410,40	-3 410,40	-100,00%
Apoio Extraordinário à Manutenção dos contratos de Trabalho	48 533,29	533,52	47 999,77	8996,81%
Medidade de Apoio Excecional à Família	2 171,73	12 618,98	-10 447,25	-82,79%
I.E.F.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional	**62 769,64**	**39 559,73**	**23 209,91**	**58,67%**
Estágios Profissionais / Passaporte Emprego	13 633,94	9 381,00	4 252,94	45,34%
CONVERT+	5 757,66	7 037,51	-1 279,85	-18,19%
MAREESS	43 378,04	23 141,22	20 236,82	87,45%
CIG - Sec. de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	**25 200,00**	**31 200,00**	**-6 000,00**	**-19,23%**
Família e Comunidade	25 200,00	31 200,00	-6 000,00	-19,23%
Câmara Municipal de Aveiro	**31 200,00**	**60 000,00**	**-28 800,00**	**-48,00%**
Apoio à Atividade Regular no Domínio da Acção Social	31 200,00	60 000,00	-28 800,00	-48,00%
Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	**1 826,17**	**1 322,59**	**503,58**	**38,08%**
POAPMC - FEAC	1 552,24	1 124,20	428,04	38,08%
POAPMC - OE	273,93	198,39	75,54	38,08%
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP.	**6 844,50**	**0,00**	**6 844,50**	
Compensação ao aumento do valor da RMMG	6 844,50	0,00	6 844,50	
	2 030 251,27	**1 914 847,18**	**115 404,09**	6,03%

Podemos considerar os subsídios recebidos pela instituição divididos em 3 grandes grupos, os que estão diretamente ligados à atividade principal, acordos de cooperação, típicos e atípicos e protocolos, os apoios ao emprego, nomeadamente os estágios profissionais e projetos temporais. Nestes últimos enquadra-se o POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas) que decorre desde 2017 e estará no terreno até 2022.

Os apoios do IEFP estão divididos entre estágios profissionais, que têm vindo a diminuir, não por falta de iniciativa de apresentação e aprovação de candidaturas, por parte da instituição, mas por falta de formandos e o CONVERTE+, apoio concedido às entidades empregadoras que convertam contratos de trabalho a termo (certo ou incerto) em contratos de trabalho sem termo.

Este ano, tal como no anterior, e como medida extraordinária para assegurar a capacidade das respostas sociais durante a pandemia da doença COVID-19 foi mantida a MAREESS (Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde) ao qual a Instituição se candidatou e que permitiu a colocação de várias unidades de pessoal tanto na resposta social de ERPI como nas respostas sociais da infância (Creche e EEPE).

No que diz respeito à atividade social e contratualizada em acordos de cooperação o Estado tem vindo a manter uma política de aumentos nos acordos típicos, que no exercício foi de 3,60%. Continua a constatar-se que estes aumentos são muito modestos e insuficientes em relação às necessidades e exigências.

3.1.3. Doações e Heranças

Os valores registados na rúbrica *Doações e heranças* são apresentados no quadro abaixo:

Doações e Heranças

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
Doações e Heranças	**28 109,51**	**43 977,45**	**-15 867,94**	**-36,08%**
Donativos	**28 109,51**	**43 977,45**	**-15 867,94**	**-36,08%**
Dinheiro	7 032,41	40 744,29	-33 711,88	-82,74%
Espécie	21 077,10	3 233,16	17 843,94	551,90%
	28 109,51	**43 977,45**	**-15 867,94**	-36,08%

Durante o corrente exercício foi possível constatar que os donativos atribuidos à instituição foram fundamentalmente em espécie, nomeadamente EPI's, estando o seu valor refletido nos respetivos gastos.

O valor em dinheiro verificado no ano anterior foi verdadeiramente atipico face ao habitual, demonstrando uma grande mobilização, tanto de empresas como de particulares, na ajuda à instituição, na fase inicial da pandemia.

3.1.4. Outros Rendimentos

Os outros rendimentos ascenderam, em 31 de dezembro de 2021, a 388.898,12 euros tendo registado um aumento de 179.068,91 euros face ao mesmo período de 2020. As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Outros Rendimentos

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
Serviços Sociais	532,58	5 723,00	-5 190,42	-90,69%
Cedência de Espaços	3 412,38	2 723,55	688,83	25,29%
Descontos de p.p. obtidos	1 035,84	931,24	104,60	11,23%
Ganhos em Inventários	5 302,70	1 787,86	3 514,84	196,59%
Rendimentos em Propriedades de Investimentos	221 453,66	153 323,20	68 130,46	44,44%
Imputação de subsídios para investimento	41 020,18	37 854,62	3 165,56	8,36%
Esmolas, Ofertórios e Coimas	1 124,14	2 301,56	-1 177,42	-51,16%
Consignação fiscal	5 319,19	3 656,94	1 662,25	45,45%
Outros não especificados	109 697,45	1 527,24	108 170,21	
	388 898,12	**209 829,21**	**179 068,91**	**85,34%**

Embora se tenha continuado a sentir uma pressão do mercado no sentido da redução temporária das rendas por força do encerramento dos espaços comerciais, os *Rendimentos em Propriedades de Investimento* apresentam uma variação positiva em consequência do resultado da alienação do imóvel sito na rua 31 de janeiro, Aveiro, pelo valor de 81.500,00 euros, gerando uma mais valia de 76.711,16 euros.
Na rúbrica *Outros não especificados* está refletido um encontro de contas, a favor da instituição, com o ISS, IP na sequência do contrato de gestão e comodato do Centro Infantil de Aveiro.

3.2. Análise Comparativa dos Gastos da Instituição

3.2.1. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Esta rubrica regista o consumo de produtos alimentares e outros artigos de consumo corrente, nomeadamente, medicamentos e artigos de saúde e fraldões.

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
Mercadorias	26 342,27	22 892,24	3 450,03	15,07%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	112 303,33	243 211,13	-130 907,80	-53,82%
Ativos Biológicos	0,00	11,00	-11,00	-100,00%
Materiais de consumo	26 151,75	22 066,03	4 085,72	18,52%
	164 797,35	**288 180,40**	**-123 383,05**	-42,81%

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas sofre no exercício de 2021 uma redução de 123.383,05 euros representando percentualmente um valor de 42,81%.

Para a correta interpretação da variação da rúbrica de *Matérias-primas, subsidiárias e de consumo* temos que ter em conta a alteração do contrato de fornecimento dos serviços de alimentação em julho de 2021. O acordo que estava em vigor, composto por aquisição de géneros alimentícios (contabilizados em *Matérias Primas*), gestão de cozinha e HACCP (contabilizados em *Serviços Especializados*) passou a ser de um valor por refeição em que estão incluídos os géneros alimentícios, a gestão de cozinha, duas cozinheiras no Complexo Social da Moita e o HACCP (contabilizado em Subcontratos) e não traduzindo um aumento de gastos, que até seria expectável pelo aumento de refeições confecionadas.

Importa referir que no período em análise podemos assistir a uma forte subida dos preços das embalagens descartáveis, que desde sempre foram utilizadas no Programa de Emergência Alimentar (Cantina Social) e que neste período de pandemia foram, por questões de segurança, utilizadas em todas as refeições fornecidas no exterior da instituição (SAD e CD domiciliado) bem como nas alas de isolamento.

Mapa comparativo do Serviço de Confeção de Alimentação

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
Géneros Alimentícios - Cozinha	77 871,20	243 211,13		
Subcontratos				
Serviço Alimentação	193 474,24	0,00		
FSE - Serviços especializados				
Serviços de Gestão da Cozinha	28 016,94	60 403,13		
	299 362,38	**303 614,26**	**-4 251,88**	-1,40%

3.2.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos amentaram 64.938,52 euros face ao mesmo período de 2020, o que em termos percentuais significa um aumento de 8,74%.
Embora exista este aumento, se considerar a explicação anteriormente apresentada sobre o contrato de fornecimento dos serviços de alimentação e o quadro anterior, podemos concluir que excluída esta alteração de forma de contabilização (consequência da forma do acordo), há na realidade uma redução face ao período homólogo de 2020 de 96.149,53 euros.

Fornecimento e Serviços Externos

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
Subcontratos	**193 474,24**	0,00	**193 474,24**	
Serviço Alimentação	193 474,24	0,00	193 474,24	
Serviços especializados	**285 205,16**	**418 631,23**	**-133 426,07**	**-31,87%**
Trabalhos especializados	98 060,62	145 357,25	-47 296,63	-32,54%
Publicidade e propaganda	1 803,47	348,71	1 454,76	417,18%
Vigilância e segurança	109 463,28	105 459,91	4 003,37	3,80%
Honorários	27 231,03	114 760,81	-87 529,78	-76,27%
Conservação e reparação	36 118,00	38 485,47	-2 367,47	-6,15%
Gestão e Despesas de Condomínio	3 438,84	3 625,11	-186,27	-5,14%
Outros	9 089,92	10 123,97	-1 034,05	-10,21%
Materiais	**106 485,78**	**87 765,20**	**18 720,58**	**21,33%**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	12 649,66	15 414,32	-2 764,66	-17,94%
Material de escritório	6 662,62	8 544,80	-1 882,18	-22,03%
Artigos para oferta	2 597,13	1 965,72	631,41	32,12%
Material Didático	2 650,89	3 083,92	-433,03	-14,04%
Equipamentos de Proteção Individual	81 925,48	58 756,44	23 169,04	39,43%
Energia e fluidos	**153 000,40**	**154 187,62**	**-1 187,22**	**-0,77%**
Eletricidade	97 739,02	95 347,82	2 391,20	2,51%
Combustíveis	17 796,10	14 623,82	3 172,28	21,69%
Água	29 346,13	28 036,59	1 309,54	4,67%
Gás	8 119,15	16 179,39	-8 060,24	-49,82%
Deslocações, estadas e transportes	**1 732,50**	**1 690,04**	**42,46**	**2,51%**
Serviços diversos	**67 856,48**	**80 541,95**	**-12 685,47**	**-15,75%**
	807 754,56	**742 816,04**	**64 938,52**	8,74%

Nos *Serviços Especializados*, as rubricas com maior impacto foram a redução do Serviços de Gestão da Cozinha (Trabalhos Especializados) pelas razões já apresentadas anteriormente e os Honorários em que se pode verificar uma redução 87.529,78 que consubstancia a redução dos gastos em honorários de enfermeiros (78.261,07) que passaram a ser integrados no quadro de pessoal.

De todos os aumentos de gastos o mais significativo é sem dúvida o dos *Equipamentos de Proteção Individual*, que ascendeu a 81.925,48 euros, um gasto essencial e inevitável para a prevenção e combate à pandemia, mas que além das aquisições no exercício traduz o consumo de stocks ainda adquiridos em períodos em que os preços de mercado eram mais elevados e donativos em espécie contabilizados aos preços de aquisição dos fornecedores e refletidos também nos rendimentos – Donativos em Espécie.

A redução na rúbrica *Gás* está diretamente relacionada com a suspensão de atividade dos estabelecimentos de infância nos meses de inverno, de acordo com as determinações do Governo no âmbito das medidas de combate à pandemia.

3.2.3. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal ascenderam, em 31 de dezembro de 2021, a 2.504.433,03 euros, tendo-se verificado um aumento de 47.771,60 euros quando comparado com o mesmo período de 2020, o que em termos percentuais significa um aumento de 1,94%.

Gastos com o Pessoal

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
Vencimentos	1 407 179,55	1 381 241,42	25 938,13	1,88%
Subsídios de Férias	135 558,42	133 947,04	1 611,38	1,20%
Subsídios de Natal	123 539,45	121 572,36	1 967,09	1,62%
Prémios/Subsídios Regulares e Irregulares	55 725,23	48 587,00	7 138,23	14,69%
Trabalho Suplementar/Isenção de Horário	55 596,80	62 145,57	-6 548,77	-10,54%
Subsídios de Alimentação	37 897,27	37 640,71	256,56	0,68%
Medida de Apoio Excecional à Família	4 455,52	25 248,27	-20 792,75	
Apoio Extra.à Manutenção dos contratos de Trabalho	46 973,62	762,01	46 211,61	
Bolsas MAREESS	51 554,80	28 167,23	23 387,57	
Gastos com Pessoal Cedido pelo ISS, IP	77 452,11	90 281,94	-12 829,83	-14,21%
Outras Remunerações	26 373,13	14 251,78	12 121,35	85,05%
Encargos c/remunerações	406 327,09	397 492,72	8 834,37	2,22%
Seguro de acidentes de Trabalho	18 116,19	57 479,24	-39 363,05	-68,48%
Indemnizações por Despedimento	6 385,47	7 434,82	-1 049,35	-14,11%
Gastos de Acção Social	45 556,98	43 789,56	1 767,42	4,04%
Outros Gastos Com Pessoal	5 741,40	6 619,76	-878,36	-13,27%
	2 504 433,03	**2 456 661,43**	**47 771,60**	1,94%

O aumento verificado não chega a representar o efeito da integração da equipa de enfermagem no quadro de pessoal, já anteriormente referido no comentário sobre a descida de honorários, bem como o aumento do salário mínimo nacional.
Das medidas de apoio que foram disponibilizadas pelo Estado nomeadamente, Medida de Apoio Excecional à Família, Lay-Off, e MAREESS estão aqui apresentados os respetivos gastos, tendo sido discriminados no mapa de subsídios os respetivos rendimentos.

4. RELAÇÃO DE EMPRESTIMOS BANCÁRIOS VS DISPONIBILIDADE

Durante os exercícios de 2020 e 2021 foram contraídos 3 financiamentos de 500.000,00 euros cada com a Caixa Económica Montepio Geral, aproveitando as condições vantajosas das linhas de crédito "Linha de Apoio ao Setor Social COVID 19" e "Linha de Crédito + Impacto Social" e que se destinavam a reestruturar o crédito que a Instituição utilizava em contas correntes caucionadas e para demonstração de capacidade financeira para efeitos de candidaturas a projetos de investimento, nomeadamente no âmbito do PARES 3.0 – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3º Geração .

O mapa que se segue pretende evidenciar os saldos dos últimos 2 exercícios dos empréstimos bancários e das disponibilidades.

Comparativa de Empréstimos Bancários vs Disponibilidades

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Empréstimos Bancários			
Passivo Corrente	230 400,90	1 131 413,63	-901 012,73
Passivo Não Corrente	2 239 752,51	941 733,73	1 298 018,78
	2 470 153,41	**2 073 147,36**	**397 006,05**
Disponibilidades			
Depósitos à Ordem	166 246,79	47 615,35	118 631,44
Outros Depósitos Bancário	731 496,40	246 496,40	485 000,00
	897 743,19	**294 111,75**	**603 631,44**
	1 572 410,22	**1 779 035,61**	**206 625,39**

Podemos constatar da análise que, embora tenha havido um aumento dos empréstimos bancários, eles foram utilizados para a restruturação do passivo corrente tendo ficado o excedente em disponibilidades para cumprir os objetivos de comprovação de capacidade financeira, estando a instituição em condições de se poder candidatar a incentivos no âmbito do PRR ou outro que possa surgir, sendo a prioridade a remodelação do Complexo Social da Moita. É também relevante constatar que do exercício de 2020 para 2021 há uma variação positiva entre a relação Empréstimos Bancários – Disponibilidades de 206.625,39 euros que se traduz numa melhoria da capacidade que a instituição tem para liquidar os seus créditos bancários.

BALANÇO

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2021

Valores apresentados em Euros €

Rúbricas	Notas	Período 2021	Período 2020
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4.4.	7 266 275,81	7 391 259,29
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis	4.4.	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	4.4.	24 180,96	21 021,42
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		7 290 456,77	**7 412 280,71**
Activo corrente			
Inventários	8.1	13 576,90	11 345,24
Créditos a receber	7.3	281 928,54	284 196,19
Estado e outros entes públicos	7.6	9 936,83	3 982,77
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	7.7	109 373,25	95 043,09
Diferimentos	7.5	9 084,33	34 178,00
Outros activos correntes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	7.1	905 971,53	302 135,31
		1 329 871,38	**730 880,60**
Total do Activo		**8 620 328,15**	**8 143 161,31**
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	6.	1 222 349,48	1 222 349,48
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	6.	789 601,61	789 601,61
Resultados transitados	6.	371 096,32	520 964,80
Excedentes de revalorização	6.	1 460 833,15	1 460 833,15
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	6.	1 318 530,91	1 319 551,09
		5 162 411,47	**5 313 300,13**
Resultado líquido do período	6.	121 311,06	-149 868,48
Total do fundo de capital		**5 283 722,53**	**5 163 431,65**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7.2	2 239 752,51	941 733,73
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		2 239 752,51	**941 733,73**
Passivo corrente			
Fornecedores	7.8	115 714,07	97 142,66
Estado e outros entes públicos	7.6	59 501,95	54 781,23
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7.2	230 400,90	1 131 413,63
Diferimentos	7.5	6 000,00	3 000,00
Outros passivos correntes	7.4	685 236,19	751 658,41
		1 096 853,11	**2 037 995,93**
Total do Passivo		**3 336 605,62**	**2 979 729,66**
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		**8 620 328,15**	**8 143 161,31**

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

CC 31755

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

Demonstração Consolidada Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2021

Valores apresentados em Euros

Rúbricas	Notas	Períodos 2021	Períodos 2020
Vendas e serviços prestados	8.8	1 493 983,70	1 424 462,53
Subsídios, doações e legados à exploração	5.	2 058 360,78	1 958 824,63
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.1	-164 797,35	-288 180,40
Fornecimentos e serviços externos	8.2	-807 754,56	-742 816,04
Gastos com o pessoal	8.3	-2 504 433,03	-2 456 661,43
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8.4	-20 965,01	-12 274,55
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões especificas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	8.9	388 898,12	209 829,21
Outros gastos	8.5	-56 167,57	-3 275,04
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**387 125,08**	**89 908,91**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.4.	-221 330,45	-201 177,04
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		**165 794,63**	**-111 268,13**
Juros e rendimentos similares obtidos	8.7	126,94	56,37
Juros e gastos similares suportados	8.6	-44 610,51	-38 656,72
Resultado antes de impostos		**121 311,06**	**-149 868,48**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**121 311,06**	**-149 868,48**

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

CC 31755

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

Valores apresentados em Euros €

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuidos aos instituidores da entidade-mãe								
			Fundos	Excedentes Tecnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado liquido do periodo	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1		1 222 349,48	-	789 601,61	646 331,56		1 460 833,15	1 353 303,51	(125 366,76)	5 347 052,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		6.				(125 366,76)				125 366,76	-
	2		-	-	-	(125 366,76)	-	-	-	125 366,76	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									(149 868,48)	(149 868,48)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3									(24 501,72)	(149 868,48)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados		6.							(33 752,42)		(33 752,42)
Outras operações											
	5		-	-	-	-	-	-	(33 752,42)	-	(33 752,42)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	1+2+3+4		1 222 349,48	-	789 601,61	520 964,80	-	1 460 833,15	1 319 551,09	(149 868,48)	5 163 431,65

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

CC 31755

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

Valores apresentados em Euros €

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuidos aos instituidores da entidade-mãe								
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1		1 222 349,48	-	789 601,61	520 964,80		1 460 833,15	1 319 551,09	(149 868,48)	5 163 431,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		6.				(149 868,48)				149 868,48	
	2		-	-	-	(149 868,48)	-	-	-	149 868,48	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									121 311,06	121 311,06
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3									271 179,54	121 311,06
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados		6.							(1 020,18)		(1 020,18)
Outras operações											
	5		-	-	-	-	-	-	(1 020,18)	-	(1 020,18)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	1+2+3+4		1 222 349,48	-	789 601,61	371 096,32	-	1 460 833,15	1 318 530,91	121 311,06	5 283 722,53

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

CC 31755

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2021

Valores apresentados em Euros €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
Act. Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 690 220,52	1 579 830,47
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		-5 639,60	-4 742,27
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1 048 087,76	-1 165 969,67
Pagamentos ao pessoal		-2 374 452,94	-2 326 325,78
Caixa gerada pelas operações:		**-1 737 959,78**	**-1 919 207,25**
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		2 115 289,43	1 981 455,56
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1):		**377 329,65**	**62 248,31**
Act. Investimento			
Pagamentos			
Activos fixos tangíveis		-124 513,68	-69 219,92
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	100 000,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		16,43	3 376,64
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2):		**-124 497,25**	**34 156,72**
Act. Financiamento			
Recebimentos			
Financiamentos obtidos		2 100 000,00	896 879,14
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos			
Financiamentos obtidos		-1 702 993,95	-837 872,26
Juros e gastos similares		-46 002,23	-38 588,09
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3):		**351 003,82**	**20 418,79**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		**603 836,22**	**116 823,82**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**302 135,31**	**185 311,49**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**905 971,53**	**302 135,31**

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

CC 31755

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

1.2. Sede: Rua de Coimbra nº 27 – 3810-086 AVEIRO

1.3. Natureza da atividade: Irmandade da Misericórdia

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, doravante abreviadamente designada por Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 1498, inscrita na Direção Geral da Segurança Social em 04 de Abril de 1986 no Livro 2 das Irmandades da Misericórdia, fls. 42 sob o nº 004/86, com sede na Rua de Coimbra nº 27, 3810-086 AVEIRO, e que se dedica à atividade de apoio social nas áreas da infância e juventude, família e comunidade e terceira idade.

A Instituição dispõe de uma página na internet com o seguinte endereço www.scmaveiro.pt na qual são apresentadas informações relativas às respostas sociais e atividades desenvolvidas e na qual são disponibilizadas as presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras apresentadas reportam à atividade total da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro à data de 31 de dezembro de 2021 e estão expressas em Euros arredondadas ao cêntimo.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66 -B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio e pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 02 de junho, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13

de julho alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.os 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83 -C/2013, de 31 de dezembro, e por último pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 02 de junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas específico para as Entidades do Setor Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do setor não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Instituição em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Instituição recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

(i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e subsequentes alterações,

(ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e

(iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, foram considerados as seguintes bases de preparação:

- **Continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Instituição durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

- **Regime da periodização económica (acréscimo)**

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.
Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.
As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de «Outras contas a receber», em «Devedores por acréscimos de rendimento». Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de «Outras contas a pagar», em «Credores por acréscimos de gastos».
As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de «Diferimentos», em «Rendimentos a reconhecer» ou «Gastos a reconhecer», respetivamente.

- **Consistência de apresentação**

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que

(i) seja percetível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF ESNL, ou
(ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso
(iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e
(iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- **Materialidade e agregação:**

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Santa Casa não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

- **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento. Não se consideram compensações

(i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência nos inventários e deduções de dívidas duvidosas nas contas a receber,

(ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos,

(iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e

(iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

- **Comparabilidade**

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

- **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for

provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são classificados em dois tipos:

- Ativo intangível com vida útil finita – é estimado um horizonte temporal de consumo de benefícios económicos do ativo, pelo que é amortizado por esse período (vida útil finita)
- Ativo intangível com vida indefinida – não é determinada uma data-limite para o consumo de benefícios económicos futuros, pelo que se procede à amortização do ativo, num período máximo de 10 anos.

A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, tal como o previsto para os ativos fixos tangíveis. A amortização deve cessar na data em que o ativo for desreconhecido.

Para determinar se um ativo intangível está com imparidade, uma entidade aplica a NCRF 12 - Imparidade de Ativos.

- **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos são mensurados pelo seu custo qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas ou pelo modelo da revalorização, após o reconhecimento como um ativo, um item do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser determinado fiavelmente deve ser mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Nos casos em que existam diferenças significativas entre a quantia escriturada segundo o modelo do custo e o justo valor dos ativos, uma entidade poderá alternativamente utilizar o modelo de revalorização como sua política contabilística e deve aplicar essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis

Na Entidade existem bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito em que o custo pode ser desconhecido. Neste caso, os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade nos bens de património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil foram calculadas usando as taxas máximas definidas pela tabela do Decreto Regulamentar, nº 2/90, de 12 de Janeiro e Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

- **Custos de empréstimos obtidos**

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

a) Juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto e longo prazos;
b) Encargos financeiros com respeito a locações financeiras reconhecidas de acordo com o capítulo 9 - Locações; e
c) Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

A entidade capitaliza os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, como parte do custo desse ativo, quando seja provável que deles resultarão benefícios para o desenvolvimento de atividades futuras da entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

A entidade reconhece outros custos de empréstimos obtidos como um gasto, no período em que sejam incorridos.

Considera-se que um ativo se qualifica quando leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda.

Até ao ponto em que sejam pedidos fundos emprestados especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica, a quantia dos custos de empréstimos obtidos elegível para capitalização nesse ativo deve ser determinada como os custos reais dos empréstimos obtidos incorridos nesse empréstimo durante o período menos qualquer rendimento de investimento temporário desses empréstimos.

Na medida em que os fundos sejam pedidos de uma forma geral e usados com o fim de obter um ativo que se qualifica, a quantia de custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização deve ser determinada pela aplicação de uma taxa de capitalização aos dispêndios respeitantes a esse ativo. A taxa de capitalização deve ser a média ponderada dos custos de empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos contraídos pela entidade que estejam em circulação no período, que não sejam empréstimos contraídos especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica. A quantia dos custos de empréstimos obtidos capitalizados durante um período não deve exceder a quantia dos custos de empréstimos obtidos incorridos durante o período.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos deve cessar quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Quando a construção de um ativo que se qualifica for concluída por partes e cada parte estiver em condições de ser usada enquanto a construção continua noutras partes, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar essa parte para o seu pretendido uso ou venda estejam concluídas.

- **Inventários**

Os inventários são mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

A Entidade pode deter inventários cujo contributo para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade ou os serviços potenciais que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade da Entidade gerar fluxos de caixa. Este tipo de inventários pode existir, por exemplo, quando a Entidade distribui certas mercadorias sem contrapartida. Nestes casos, os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade ou os serviços potenciais dos inventários são refletidos através da quantia que a entidade teria de pagar para comprar inventários equivalentes. Nestes casos a entidade mensura esses inventários pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

Os custos de compra de inventários incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens, de materiais e de serviços. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação dos custos de compra.

- **Redito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:
a) A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
b) A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
c) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
d) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras de entidade e associados com a transação fluam para a entidade; e
e) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a transação deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:
a) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
b) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados à transação fluam para a entidade;
c) A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e

d) Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o ato significativo seja executado.

Quando o desfecho da transação que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

São consideradas prestação de serviços as quotizações próprias de cada setor.

O rédito proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos deve ser reconhecido nas bases estabelecidas, quando:

a) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados com a transação fluam para a entidade; e
b) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito deve ser reconhecido nas seguintes bases:
a) Os juros devem ser reconhecidos utilizando o regime do acréscimo;
b)Os royalties devem ser reconhecidos segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
c) Os dividendos devem ser reconhecidos quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento.

- **Imparidade de ativos**

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

- **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O uso de estimativas é uma parte essencial da preparação de demonstrações financeiras e não prejudica a sua fiabilidade. Isto é especialmente verdade no caso de provisões, que pela sua natureza são mais incertas do que a maior parte de outros elementos do balanço. Uma entidade pode, normalmente, fazer uma estimativa da obrigação que seja suficientemente fiável para usar ao reconhecer uma provisão. Quando tal não seja possível, existe um passivo que não pode ser reconhecido, sendo divulgado como um passivo contingente.

A entidade não deve reconhecer um passivo contingente, um passivo contingente é divulgado, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

A entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Um ativo contingente é divulgado quando for provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade sem, contudo, dar indicação enganosa da probabilidade de surgirem rendimentos. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

- **Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:

a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
b) Os subsídios serão recebidos.

Um empréstimo perdoável (incluindo os subsídios a fundo perdido) é tratado como um subsídio quando haja segurança razoável de que a entidade satisfará as condições de perdão do empréstimo.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial, e imputados como rendimentos na proporção das depreciações/amortizações efetuadas em cada período.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio pode tornar-se recebível por uma entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios devem ser apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados

- **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes, Fornecedores, Contas a Receber, Contas a Pagar e Empréstimos Bancários.

A entidade utiliza o método de custo menos a perda por imparidade.

Instrumentos Financeiros

São mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

A entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Um ativo financeiro ou um grupo de ativos está em imparidade inclui dados observáveis que chamem a atenção ao detentor do ativo, designadamente sobre os seguintes eventos de perda:
a) Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
b) Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
c) O credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
d) Seja provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira; ou
e) O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

Se, num período subsequente, a quantia de perda por imparidade diminuir a entidade deve reverter a imparidade anteriormente reconhecida. Da reversão não poderá resultar uma quantia escriturada do ativo financeiro que exceda aquilo que seria o custo do referido ativo, caso a perda por imparidade não tivesse sido anteriormente reconhecida.
A entidade reconhece a quantia da reversão na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais. Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

- **Benefícios dos empregados**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

1 - Benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes;

2 - Benefícios de cessação de emprego: Os benefícios de cessação de emprego não proporcionam a uma entidade futura contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade e são reconhecidos como um gasto imediatamente.

Para além dos benefícios a curto prazo e dos benefícios de cessação de emprego, podem ser proporcionados outros benefícios aos empregados, tais como:

a) Benefícios pós-emprego (pensões, seguros de vida, entre outros); e
b) Outros benefícios a longo prazo dos empregados (licença sabática, jubileu, entre outros).

- **Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras forem autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos:

a) Aqueles que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos); e
b) Aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Incluem-se aqui os acontecimentos que ocorram após o anúncio público de resultados ou de outra informação financeira selecionada.

A data de autorização para emissão das demonstrações financeiras é a data a partir da qual as demonstrações financeiras aprovadas pelo órgão de gestão se disponibilizam para conhecimento de terceiros ou, se aplicável, dum conselho de supervisão (constituído unicamente por não-executivos).

NOTA 4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS, ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

4.1. – Critérios de Mensuração

Ver nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Instrumentos Financeiros.

4.2. – Método de Amortização e Depreciação

O método de depreciação utilizado para os ativos fixos tangíveis foi o método da linha reta.

4.3. – Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas usando as taxas máximas definidas pela tabela do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro e Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

4.4. – Divulgação dos movimentos ocorridos no período nas rubricas de Investimentos Financeiros, Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis.

Apresentamos de seguida o mapa das quantias escrituradas e movimentos do período:

Rubricas	Saldo inicial	Regulariz.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Investimentos Financeiros						
Outros investimentos financeiros	21 021,42	-2 752,54	5 912,08	0,00	0,00	24 180,96
Perdas Por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantias líquidas escrituradas	**21 021,42**	**-2 752,54**	**5 912,08**	**0,00**	**0,00**	**24 180,96**
Propriedades de Investimento						
Edifícios e outras construções	601 021,05	0,00	0,00	9 873,98	0,00	591 147,07
Depreciações Acumuladas	-243 165,51	0,00	-11 909,52	0,00	-5 085,14	-249 989,89
Edifícios e out.construções	243 165,51	0,00	11 909,52	0,00	5 085,14	249 989,89
Quantias líquidas escrituradas	**357 855,54**	**0,00**	**-11 909,52**	**9 873,98**	**-5 085,14**	**341 157,18**
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 020 751,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1 020 751,94
Edifícios e out.construções	8 121 575,45	0,00	10 589,69	0,00	0,00	8 132 165,14
Equipamento básico	1 316 135,85	0,00	39 177,44	0,00	0,00	1 355 313,29
Equipamento de transporte	114 429,70	0,00	26 700,34	0,00	0,00	141 130,04
Equipamento administrativo	375 524,63	0,00	329,64	74 047,72	0,00	301 806,55
Outros ativos fixos tangíveis	260 324,27	0,00	2 939,70	0,00	0,00	263 263,97
Depreciações Acumuladas	-4 214 351,81	0,00	-209 420,93	-74 047,72	0,00	-4 349 725,02
Edifícios e out.construções	2 554 775,46	0,00	139 027,80	0,00	0,00	2 693 803,26
Equipamento básico	1 068 224,95	0,00	52 769,57	0,00	0,00	1 120 994,52
Equipamento de transporte	112 748,12	0,00	6 225,35	0,00	0,00	118 973,47
Equipamento administrativo	352 862,42	0,00	8 458,51	74 047,72	0,00	287 273,21
Outros ativos fixos tangíveis	125 740,86	0,00	2 939,70	0,00	0,00	128 680,56
Quantias líquidas escrituradas	**6 994 390,03**	**0,00**	**-129 684,12**	**0,00**	**0,00**	**6 864 705,91**
Ativos Intangíveis						
Outros Ativos Intangíveis						
Programas de computador	40 436,80	0,00	0,00	0,00	0,00	40 436,80
Depreciações Acumuladas	-40 436,80	0,00	0,00	0,00	0,00	-40 436,80
Outros Ativos Intangíveis	40 436,80	0,00	0,00	0,00	0,00	40 436,80
Quantias líquidas escrituradas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos em Curso						
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e out.construções	39 013,72	0,00	21 399,00	0,00	0,00	60 412,72
Quantias líquidas escrituradas	**39 013,72**	**0,00**	**21 399,00**	**0,00**	**0,00**	**60 412,72**

Decomposição dos investimentos financeiros	2021
Investimentos noutras empresas	**1 500,00**
Participações de Capital - NORGARANTE	1 500,00
Outros Investimentos Financeiros	**22 680,96**
Fundos	
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	19 564,70
FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário	3 080,35
Outros	
Obrigações - Consolidado 3% 1942	35,91
	24 180,96

Os Investimentos Financeiros identificados no quadro acima estão mensurados ao custo.

4.5. – Divulgação sobre restrições, garantias e compromissos

Foram constituídas, pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, para garantia do financiamento da Obra Social Irmãos Rangel hipotecas voluntárias sobre os seguintes imóveis:

- Artigo Matricial Urbano nº 3644, descrito na Conservatória do Registo Predial de AVEIRO sob o registo nº: 2085, autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária 26 de setembro de 2013, com valor líquido contabilístico de 1.213.669,25 €;

NOTA 5. SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS APOIOS

A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro é beneficiária de subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos e relacionados com rendimentos.

Foi reconhecido no período findo a 31 de dezembro de 2015, um subsídio não reembolsável relacionado com ativo, do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 – QREN – Regulamento Específico Energia, no montante de 425.000,00 €, tendo sido imputado ao presente resultado do exercício a parte diretamente relacionada com o custo (depreciações do exercício).

Foi no ano de 2018 recebido um subsídio, do Município de Aveiro, no âmbito do Protocolo de Cooperação Financeira para Apoio ao Investimento no Domínio da Ação Social, no montante de 30.000,00 euros, tendo sido imputado ao presente resultado do exercício a parte diretamente relacionada com o custo (depreciações do exercício).

Foi no ano de 2020 recebido um subsídio, do Município de Aveiro, no âmbito do Protocolo de Cooperação Financeira para Apoio ao Investimento no Domínio da Ação Social, no montante de 40.000,00 euros, para apoio ao investimento em equipamentos, tendo sido realizado esse investimento no exercício de 2021, tendo sido imputado ao presente resultado do exercício a parte diretamente relacionada com o custo (depreciações do exercício).

Os subsídios relacionados com rendimentos foram reconhecidos na conta 75 – Subsídios, doações e legados à exploração e encontram-se descriminados no quadro que se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração	2021	2020
Instituto Segurança Social	**1 902 410,96**	**1 782 764,86**
Terceira Idade	747 306,86	934 146,73
Infância e Juventude	659 063,12	620 015,03
Família e Comunidade	335 426,04	182 818,44
PEA - Programa de Emergência Alimentar - Cantinas Sociais	106 071,92	25 370,00
Programa ADAPTAR SOCIAL +	3 838,00	3 851,76
PAC - POAPMC/FEAC	0,00	3 410,40
Apoio Extra. Manutenção de Contratos de Trabalho	48 533,29	533,52
Medida de Apoio Excecional À Família	2 171,73	12 618,98
I.E.F.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional	**62 769,64**	**39 559,73**
Estágios Profissionais	13 633,94	9 381,00
CONVERT+	5 757,66	7 037,51
MAREESS	43 378,04	23 141,22
Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	**25 200,00**	**31 200,00**
Família e Comunidade	25 200,00	31 200,00
Câmara Municipal de Aveiro	**31 200,00**	**60 000,00**
Apoio à Atividade Regular no Domínio da Ação Social	31 200,00	60 000,00
Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	**1 826,17**	**1 322,59**
POAPMC - FEAC	1 552,24	1 124,20
POAPMC - OE	273,93	198,39
IAPMEI	**6 844,50**	**0,00**
Compensação ao Aumento do Valor da RMMG	6 844,50	0,00
Doações e Heranças	**28 109,51**	**43 977,45**
Donativos	28 109,51	43 977,45
Legados	**0,00**	**0,00**
	2 058 360,78	**1 958 824,63**

NOTA 6. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

O quadro que se segue apresenta as alterações ocorridas no período nos fundos patrimoniais.

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Aumentos	Transferência/ Regularizações	Saldo final
Fundos					
Fundo Social	1 222 349,48	0,00	0,00	0,00	1 222 349,48
Reservas					
Reservas Estatutárias	789 601,61	0,00	0,00	0,00	789 601,61
Resultados Transitados					
De Exercícios Anteriores	520 964,80	149 868,48	0,00	0,00	371 096,32
Excedentes de Revalorização de Ativos					
Outros Excedentes	1 460 833,15	0,00	0,00	0,00	1 460 833,15
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais					
Subsídios	317 114,88	41 020,18	40 000,00	0,00	316 094,70
Doações	1 002 436,21	0,00	0,00	0,00	1 002 436,21
Resultado Líquido do Exercício	-149 868,48	-149 868,48	121 311,06	0,00	121 311,06
	5 163 431,65	**41 020,18**	**161 311,06**	**0,00**	**5 283 722,53**

Período findo em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Aumentos	Transferência/ Regularizações	Saldo final
Fundos					
Fundo Social	1 222 349,48	0,00	0,00	0,00	1 222 349,48
Reservas					
Reservas Estatutárias	789 601,61	0,00	0,00	0,00	789 601,61
Resultados Transitados					
De Exercícios Anteriores	646 331,56	125 366,76	0,00	0,00	520 964,80
Excedentes de Revalorização de Ativos					
Outros Excedentes	1 460 833,15	0,00	0,00	0,00	1 460 833,15
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais					
Subsídios	350 867,30	37 854,62	4 102,20	0,00	317 114,88
Doações	1 002 436,21	0,00	0,00	0,00	1 002 436,21
Resultado Líquido do Exercício	-125 366,76	-125 366,76	-149 868,48	0,00	-149 868,48
	5 347 052,55	**37 854,62**	**-145 766,28**	**0,00**	**5 163 431,65**

As variações nos fundos patrimoniais são referentes à distribuição de resultados do exercício anterior e ajustamentos referentes à imputação de subsídios no resultado do exercício (proporcional às depreciações do exercício).

NOTA 7. DESAGREGAÇÃO DE RUBRICAS DO BALANÇO

Entendemos relevante desagregar algumas rubricas do Balanço de forma a proporcionar informação adicional que não está apresentada na face do mesmo, mas que é relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

7.1. – Caixa e Depósitos Bancários

Caixa e Depósitos Bancários	2021	2020
Caixa	8 228,34	8 023,56
Depósitos à Ordem	166 246,79	47 615,35
Depósitos a Prazo	731 496,40	246 496,40
	905 971,53	**302 135,31**

7.2. – Financiamentos Obtidos

Financiamentos Obtidos	2021	2020
Empréstimos Bancários - Passivo Corrente	230 400,90	1 131 413,63
Empréstimos Bancários - Passivo Não Corrente	2 239 752,51	941 733,73
	2 470 153,41	**2 073 147,36**

Os financiamentos correntes dizem a respeito ao capital de mútuos a liquidar em 2022.

7.2.1. – Montepio Geral - Linha de Crédito de Apoio à Economia Social

Mapa de Serviço de Divida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2022	5 867,41 €	34 746,60 €	281 095,16 €	246 348,56 €	40 614,01 €
2023	5 228,90 €	29 502,56 €	246 348,56 €	216 846,00 €	34 731,46 €
2024	4 576,27 €	30 155,19 €	216 846,00 €	186 690,81 €	34 731,46 €
2025	3 909,20 €	30 822,26 €	186 690,81 €	155 868,55 €	34 731,46 €
2026	3 227,38 €	31 504,09 €	155 868,55 €	124 364,46 €	34 731,47 €
2027	2 530,47 €	32 200,99 €	124 364,46 €	92 163,47 €	34 731,46 €
2028	1 818,15 €	32 913,32 €	92 163,47 €	59 250,15 €	34 731,47 €
2029	1 090,06 €	33 641,40 €	59 250,15 €	25 608,75 €	34 731,46 €
2030	403,24 €	25 608,75 €	25 608,75 €	0,00 €	26 011,99 €

7.2.2. – Caixa Geral de Depósitos

Mapa de Cash-Flow - Componente JESSICA

Mapa de Serviço de Divida					
	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2022	4 005,96 €	43 959,08 €	362 662,41 €	318 703,33 €	47 965,04 €
2023	3 517,17 €	43 959,08 €	318 703,33 €	274 744,25 €	47 476,25 €
2024	3 022,72 €	43 959,08 €	274 744,25 €	230 785,17 €	46 981,80 €
2025	2 522,52 €	43 959,08 €	230 785,17 €	186 826,09 €	46 481,60 €
2026	2 016,53 €	43 959,08 €	186 826,09 €	142 867,01 €	45 975,61 €
2027	1 504,67 €	43 959,08 €	142 867,01 €	98 907,93 €	45 463,75 €
2028	986,87 €	43 959,08 €	98 907,93 €	54 948,85 €	44 945,95 €
2029	496,28 €	54 948,85 €	54 948,85 €	- €	55 445,13 €

Mapa de Cash-Flow - Componente CGD

Mapa de Serviço de Divida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2022	12 739,36 €	39 563,12 €	326 395,84 €	286 832,72 €	52 302,48 €
2023	11 336,91 €	39 563,12 €	286 832,72 €	247 269,60 €	50 900,03 €
2024	9 876,65 €	39 563,12 €	247 269,60 €	207 706,48 €	49 439,77 €
2025	8 356,18 €	39 563,12 €	207 706,48 €	168 143,36 €	47 919,30 €
2026	6 773,03 €	39 563,12 €	168 143,36 €	128 580,24 €	46 336,15 €
2027	5 124,61 €	39 563,12 €	128 580,24 €	89 017,12 €	44 687,73 €
2028	3 408,24 €	39 563,12 €	89 017,12 €	49 454,00 €	42 971,36 €
2029	1 738,57 €	49 454,00 €	49 454,00 €	- €	51 192,57 €

7.2.3. – Montepio Geral - LINHA DE CRÉDITO S. SOCIAL – COVID19

Mapa de Serviço de Divida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2022	6 053,76 €	64 814,82 €	500 000,00 €	435 185,18 €	70 868,58 €
2023	4 835,19 €	111 111,11 €	435 185,18 €	324 074,07 €	115 946,30 €
2024	3 458,26 €	111 111,11 €	324 074,07 €	212 962,96 €	114 569,37 €
2025	2 064,02 €	111 111,11 €	212 962,96 €	101 851,85 €	113 175,13 €
2026	652,24 €	101 851,85 €	101 851,85 €	- €	102 504,09 €

7.2.4. – Montepio Geral – LINHA DE CRÉDITO + IMPACTO SOCIAL

Trata-se de uma linha de crédito de 1.000.000,00 € subdividida em duas operações de 500.000,00 € cada.

Mapa de Serviço de Divida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2022	5 692,40 €	23 658,64 €	500 000,00 €	476 341,36 €	29 351,04 €
2023	5 225,06 €	47 727,92 €	476 341,36 €	428 613,44 €	52 952,98 €
2024	4 673,48 €	48 279,50 €	428 613,44 €	380 333,94 €	52 952,98 €
2025	4 115,52 €	48 837,45 €	380 333,94 €	331 496,49 €	52 952,97 €
2026	3 551,12 €	49 401,85 €	331 496,49 €	282 094,64 €	52 952,97 €
2027	2 980,19 €	49 972,78 €	282 094,64 €	232 121,86 €	52 952,97 €
2028	2 402,67 €	50 550,30 €	232 121,86 €	181 571,56 €	52 952,97 €
2029	1 818,47 €	51 134,50 €	181 571,56 €	130 437,06 €	52 952,97 €
2030	1 227,52 €	51 725,45 €	130 437,06 €	78 711,61 €	52 952,97 €
2031	629,74 €	52 323,23 €	78 711,61 €	26 388,38 €	52 952,97 €
2032	88,55 €	26 388,38 €	26 388,38 €	- €	26 476,93 €

7.3. – Créditos a receber

Créditos a Receber	2021	2020
Clientes		
Clientes e Utentes C/C	130 328,77	118 320,74
Clientes e Utentes Cobrança Duvidosa	98 516,15	86 147,78
Adiantamentos de Clientes	-4 845,00	-1 207,57
Perdas Por Imparidade	-98 516,05	-86 147,78
Pessoal	0,00	100,00
Devedores por Acrescimos de Rendimentos		
Comparticipação ISS, IP - Complemento Dependência 2º Grau	4 926,60	5 321,34
Comparticipação ISS, IP - Vagas Cativas	6 486,76	6 134,50
Outros Devedores	145 031,31	155 527,18
	281 928,54	**284 196,19**

7.4. – Outros passivos correntes

Outros passivos correntes	2021	2020
Fornecedores de Investimentos	1 913,57	18 225,65
Credores por Acrescimos de Gastos		
Remunerações a Liquidar	249 795,36	265 762,68
Seguros a Liquidar	2 045,15	1 721,97
Juros a Liquidar	3 805,63	4 834,15
Fornecimentos e Serviços Externos	4 345,09	13 605,70
Gastos a Liquidar CIA	357 704,16	389 949,50
Despesas em Nome e Por Conta de Terceiros	6 935,02	5 601,84
Cauções e Garantias	4 770,00	4 770,00
Outros Credores	53 922,21	47 186,92
	685 236,19	**751 658,41**

7.5. – Diferimentos

Diferimentos	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Fornecimentos e Serviços Externos	9 084,33	34 178,00
	9 084,33	**34 178,00**
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	0,00
Rendas	6 000,00	3 000,00
	6 000,00	**3 000,00**

7.6. – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2021	2020
Ativo corrente		
IVA - Reembolsos pedidos	9 936,83	3 982,77
	9 936,83	**3 982,77**
Passivo Corrente		
IRS - Retenções	11 284,95	10 356,81
IVA a pagar	0,00	911,95
Contribuições para a Segurança Social	47 635,48	43 055,64
Outras tributações	581,52	456,83
	59 501,95	**54 781,23**

A instituição tem a sua situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

7.7. – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	2021	2020
Quotas	149 730,68	126 803,78
Perdas Por Imparidade	-40 357,43	-31 760,69
	109 373,25	**95 043,09**

7.8. – Fornecedores

Fornecedores	2021	2020
Fornecedores c/c	115 714,07	97 142,66
	115 714,07	**97 142,66**

NOTA 8. DESAGREGAÇÃO DE RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Entendemos relevante desagregar algumas rubricas da Demonstração dos Resultados de forma a proporcionar informação adicional que não está apresentada na face da mesma, mas que é relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

8.1. – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo

CMVMC	2021	2020
Existências iniciais	8 761,75	6 072,01
Compras	140 447,40	267 977,90
Existências finais	10 754,07	8 761,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**138 455,08**	**265 288,16**

Mercadorias

CMVMC	2021	2020
Existências iniciais	2 583,49	3 164,32
Compras	21 278,91	20 523,55
Regularizações de Inventários	5 302,70	1 787,86
Existências finais	2 822,83	2 583,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**26 342,27**	**22 892,24**

8.2. – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2021	2020
Subcontratos	**193 474,24**	**0,00**
Serviço Alimentação	193 474,24	0,00
Serviços Especializados	**285 205,16**	**418 631,23**
Trabalhos especializados	98 060,62	145 357,25
Publicidade e propaganda	1 803,47	348,71
Vigilância e segurança	109 463,28	105 459,91
Honorários	27 231,03	114 760,81
Conservação e reparação	36 118,00	38 485,47
Gestão e despesas de condomínio	3 438,84	3 625,11
Outros	9 089,92	10 123,97
Materiais	**106 485,78**	**87 765,20**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	12 649,66	15 414,32
Material de escritório	6 662,62	8 544,80
Artigos para oferta	2 597,13	1 965,72
Material Didático	2 650,89	3 083,92
Equipamentos de Proteção Individual	81 925,48	58 756,44
Energia e Fluídos	**153 000,40**	**154 187,62**
Electricidade	97 739,02	95 347,82
Combustíveis	17 796,10	14 623,82
Água	29 346,13	28 036,59
Gás	8 119,15	16 179,39
Deslocações, Estadas e Transportes	**1 732,50**	**1 690,04**
Serviços Diversos	**67 856,48**	**80 541,95**
Rendas e alugueres	980,64	2 996,53
Comunicações	7 575,95	7 179,37
Seguros	20 351,24	20 302,38
Contencioso e notariado	1 158,49	1 224,53
Limpeza, higiéne e conforto	35 763,24	45 319,30
Outros serviços	2 026,92	3 519,84
	807 754,56	**742 816,04**

8.3. – Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	2021	2020
Remunerações do Pessoal	1 944 853,79	1 853 563,39
Indemnizações	6 385,47	7 434,82
Encargos Sobre Remunerações	406 327,09	397 492,72
Seguros de Acidentes de Trabalho	18 116,19	57 479,24
Gastos de Acção Social	45 556,98	43 789,56
Outros Gastos com o Pessoal	83 193,51	96 901,70
	2 504 433,03	**2 456 661,43**
Número Médio de Funcionários	**181**	**182**

8.4. – Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Imparidades	2021	2020
Clientes e utentes	13 706,32	9 742,12
Irmãos	8 596,74	6 932,74
	22 303,06	**16 674,86**
Reversões de Imparidades	**2021**	**2020**
Clientes e utentes	1 338,05	4 400,31
	1 338,05	**4 400,31**
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	**20 965,01**	**12 274,55**

O motivo da criação das presentes imparidades é a mora.

8.5. – Outros Gastos

Outros Gastos	2021	2020
Impostos	1 312,57	1 518,13
Outros		
Quotizações	1 080,00	1 110,00
Outros não especificados	53 775,00	646,91
	56 167,57	**3 275,04**

8.6. – Juros e gastos similares suportados

Juros e gastos similares suportados	2021	2020
Juros suportados	43 900,33	38 656,72
Outros gastos de financiamento	710,18	0,00
	44 610,51	**38 656,72**

8.7. – Juros e rendimentos similares obtidos

Juros e rendimentos similares obtidos	2021	2020
Juros obtidos	16,43	0,43
Outros rendimentos similares	110,51	55,94
	126,94	**56,37**

8.8. – Vendas e serviços prestados

Vendas e serviços prestados	2021	2020
Vendas	39 555,51	31 300,66
Prestações de serviços		
Comparticipações de Utentes e Familiares	1 389 855,39	1 306 664,66
Quotizações e jóias	29 446,40	29 471,40
Serviços secundários	35 126,40	57 025,81
	1 493 983,70	**1 424 462,53**

8.9. – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2021	2020
Rendimentos suplementares	3 944,96	8 446,55
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 035,84	931,24
Ganhos em inventários	5 302,70	1 787,86
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	221 453,66	153 323,20
Outros	157 160,96	45 340,36
	388 898,12	**209 829,21**

NOTA 9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Portugal e a Europa enfrentam já uma quinta vaga de covid-19, tendo ocorrido, em Portugal, novo confinamento no mês de janeiro, nomeadamente entre os dias 1 e 9, obrigando a uma nova avaliação por parte das diversas autoridades da necessidade de adoção de medidas de exceção. O 'pico' das infeções pela nova variante acabou por ocorrer nas primeiras semanas de fevereiro, acreditando-se que a esta data, dada a evolução da vacinação e do elevado número de pessoas já recuperadas da doença, a situação pandémica esteja agora controlada e em fase decrescente, pelo que não é de esperar que a pandemia continue a provocar efeitos negativos significativos, na economia em geral e na atividade da Instituição em particular.

O aumento das pressões inflacionistas que já se vinham sentindo, provocadas pelo agravamento dos preços da energia, que afetam transversalmente todos os setores de atividade e penalizam, em particular, o consumidor final, sofreram um brutal agravamento com o estalar da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Estas pressões inflacionistas que se fazem já sentir nos preços dos combustíveis, onde se têm verificado sucessivos aumentos de preços, poderão conduzir a um aumento dos custos fixos e dos gastos de estrutura da Instituição, bem como uma perda de competitividade e eventual redução do volume de vendas e de serviços prestados. Adicionalmente, a guerra no seio na Europa tem provocado uma disrupção no normal funcionamento dos mercados e do livre comércio, pela implementação de sanções económicas e comerciais por parte de vários países, o que, a par da enorme e sem precedentes crise de refugiados, criou atualmente, elevada incerteza no comércio e relações económicas a nível mundial e, em particular, quanto à execução prevista da atividade da instituição, cuja duração estará intimamente correlacionada com a duração e dimensão da guerra.
A esta data, apesar de não estamos em condições de quantificar com fiabilidade os possíveis efeitos na atividade normal da Instituição, acreditamos não estar em causa a continuidade das operações futuras da Instituição.

A Mesa Administrativa

Patrícia Sousa

O Contabilista Certificado

António Almeida
CC 31755

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Sede

	2021								
Rúbricas	Igrejas e Capelas	Núcleo Museológico	Rendimentos Patrimoniais	RSI	Projetos	OSIR	Casa do Seixal	Solar de Sarrazola	Total Sede e Património
Vendas e serviços prestados	429,68	188,46	0,00	1 074,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 692,93
Subsídios, doações e legados à exploração	84,50	0,00	0,00	81 871,92	1 826,17	0,00	0,00	0,00	83 782,59
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	-13,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13,90
Fornecimentos e serviços externos	-5 880,82	-2 455,91	-9 618,65	-8 554,50	0,00	-11 226,54	-1 576,78	-11 450,26	-50 763,46
Gastos com o pessoal	-19 080,75	-15 735,85	0,00	-89 771,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-124 587,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-67,05	-55,02	0,00	-313,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-435,85
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	1 375,60	741,89	223 616,04	4 231,16	0,00	0,00	0,00	0,00	229 964,69
Outros gastos	-428,03	-351,20	-122,80	-2 002,97	0,00	-106,14	0,00	0,00	-3 011,14
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**-23 566,87**	**-17 681,53**	**213 874,59**	**-13 464,46**	**1 826,17**	**-11 332,68**	**-1 576,78**	**-11 450,26**	**136 628,18**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-299,71	-384,44	-11 944,52	-227,56	0,00	-24 726,25	-999,59	0,00	-38 582,07
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	**-23 866,58**	**-18 065,97**	**201 930,07**	**-13 692,02**	**1 826,17**	**-36 058,93**	**-2 576,37**	**-11 450,26**	**98 046,11**
Juros e rendimentos similares obtidos	0,72	0,59	0,00	3,35	0,00	0,00	0,00	0,00	4,66
Juros e gastos similares suportados	-208,41	-171,00	0,00	-975,24	0,00	-17 891,52	0,00	0,00	-19 246,17
Resultado antes de impostos	**-24 074,27**	**-18 236,38**	**201 930,07**	**-14 663,91**	**1 826,17**	**-53 950,45**	**-2 576,37**	**-11 450,26**	**78 804,60**
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	**-24 074,27**	**-18 236,38**	**201 930,07**	**-14 663,91**	**1 826,17**	**-53 950,45**	**-2 576,37**	**-11 450,26**	**78 804,60**

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Complexo Social da Moita

	2021							
Rúbricas	LAR	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	UMFR	Casa Abrigo	Programa Emergência Alimentar	Outras Actividades Conexas	Total Complexo Social
Vendas e serviços prestados	997 067,98	30 096,38	113 452,12	27 067,10	1 210,25	174,00	39 555,51	1 208 623,34
Subsídios, doações e legados à exploração	803 178,13	45 490,69	230 353,75	2 740,08	130 688,54	24 253,10	0,00	1 236 704,29
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-91 818,03	-3 721,21	-14 433,19	-48,02	-7 882,59	-7 789,98	-20 179,01	-145 872,03
Fornecimentos e serviços externos	-473 667,39	-30 759,17	-57 531,78	-10 412,14	-47 383,62	-19 413,79	-540,00	-639 707,89
Gastos com o pessoal	-1 196 549,33	-103 493,76	-207 870,43	-43 292,99	-102 369,39	0,00	0,00	-1 653 575,90
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões especificas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-13 178,57	-2 173,94	-1 433,31	-122,93	-353,33	-33,00	0,00	-17 295,08
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	95 937,23	6 588,50	11 324,91	4 202,88	6 644,40	0,00	316,73	125 014,65
Outros gastos	-26 650,84	-2 260,88	-4 510,79	-1 284,73	-2 286,40	0,00	0,00	-36 993,64
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**94 319,18**	**-60 233,39**	**69 351,28**	**-21 150,75**	**-21 732,14**	**-2 809,67**	**19 153,23**	**76 897,74**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-137 445,87	-11 786,72	-11 536,98	-7 518,12	-7 168,75	0,00	0,00	-175 456,44
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	**-43 126,69**	**-72 020,11**	**57 814,30**	**-28 668,87**	**-28 900,89**	**-2 809,67**	**19 153,23**	**-98 558,70**
Juros e rendimentos similares obtidos	78,97	3,79	7,55	1,31	3,78	0,00	0,00	95,40
Juros e gastos similares suportados	-12 769,02	-1 100,82	-2 196,30	-382,08	-1 098,15	0,00	0,00	-17 546,37
Resultado antes de impostos	**-55 816,74**	**-73 117,14**	**55 625,55**	**-29 049,64**	**-29 995,26**	**-2 809,67**	**19 153,23**	**-116 009,67**
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	**-55 816,74**	**-73 117,14**	**55 625,55**	**-29 049,64**	**-29 995,26**	**-2 809,67**	**19 153,23**	**-116 009,67**

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Casa da Cruz

Rúbricas	2021		
	Creche	EEPE	Total Casa da Cruz
Vendas e serviços prestados	76 595,06	64 365,89	140 960,95
Subsídios, doações e legados à exploração	210 198,05	105 310,05	315 508,10
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-4 108,22	-2 635,21	-6 743,43
Fornecimentos e serviços externos	-26 147,47	-26 589,01	-52 736,48
Gastos com o pessoal	-236 103,64	-130 954,34	-367 057,98
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00
Provisões especificas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-1 061,50	-448,75	-1 510,25
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	10 873,48	6 051,13	16 924,61
Outros gastos	-5 200,41	-2 917,59	-8 118,00
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**25 045,35**	**12 182,17**	**37 227,52**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 273,40	-3 083,32	-6 356,72
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	**21 771,95**	**9 098,85**	**30 870,80**
Juros e rendimentos similares obtidos	8,61	4,80	13,41
Juros e gastos similares suportados	-2 506,24	-1 394,73	-3 900,97
Resultado antes de impostos	**19 274,32**	**7 708,92**	**26 983,24**
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	**19 274,32**	**7 708,92**	**26 983,24**

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Centro Infantil de Aveiro

	2021		
Rúbricas	Creche	EEPE	Total Centro Infantil de Aveiro
Vendas e serviços prestados	61 666,82	81 039,66	142 706,48
Subsídios, doações e legados à exploração	211 057,89	211 307,91	422 365,80
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 177,68	-6 990,31	-12 167,99
Fornecimentos e serviços externos	-29 351,67	-35 195,06	-64 546,73
Gastos com o pessoal	-225 818,70	-133 392,77	-359 211,47
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00
Provisões especificas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-980,01	-743,82	-1 723,83
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	10 676,42	6 317,75	16 994,17
Outros gastos	-5 054,06	-2 990,73	-8 044,79
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**17 019,01**	**119 352,63**	**136 371,64**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-508,29	-426,93	-935,22
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	**16 510,72**	**118 925,70**	**135 436,42**
Juros e rendimentos similares obtidos	8,46	5,01	13,47
Juros e gastos similares suportados	-2 460,82	-1 456,18	-3 917,00
Resultado antes de impostos	**14 058,36**	**117 474,53**	**131 532,89**
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	**14 058,36**	**117 474,53**	**131 532,89**

VOTO DE PESAR

A Mesa Administrativa expressa o mais profundo pesar pelos irmãos e utentes falecidos, endereçando às famílias e amigos e amigas enlutadas as maiores condolências. Pela expressão e dimensão, uma particular referência a todas e todos aqueles que viveram a expressão mais violenta da pandemia da Covid-19.

AGRADECIMENTOS

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro expressa os maiores agradecimentos:

- Aos utentes desta Irmandade Santa Casa da Misericórdia, pela colaboração, compreensão e coragem que sempre manifestaram, engrandecendo os serviços prestados;
- Aos familiares dos utentes, particularmente das áreas da infância e dos idosos, pela confiança depositada e, tantas vezes, pelos estímulos nas palavras e ações;
- Aos funcionários, pelo empenho, dinamismo e humanismo que aplicaram no desempenho das suas funções;
- Ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e aos restantes membros da respetiva Mesa, pelo apoio sempre manifestado;
- Ao Senhor Presidente do Conselho Fiscal pela disponibilidade que apresentou assim como aos restantes membros do Conselho Fiscal;
- Aos Irmãos da Misericórdia, pelo estímulo que nos vêm concedendo;
- Às entidades oficiais que institucionalmente colaboram com esta Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente, o Centro Distrital de Aveiro da Segurança Social, a União das Misericórdias, o Centro de Emprego, a Universidade de Aveiro, o Hospital Infante D. Pedro, o Centro de Saúde, a Saúde Pública de Aveiro, entre tantos outros;
- À Câmara Municipal de Aveiro que, através das iniciativas enquadradas no Programa Municipal de Apoio às Associações (PMAA) em muito contribuíram para um melhor combate à pandemia e às consequências desta;
- A tantas outras empresas e particulares que, através de donativos ou serviço voluntário, ajudaram a prestar o melhor serviço a quem mais necessita.

DELIBERAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas por unanimidade pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro e autorizada a sua emissão, em reunião de quatro de abril de dois mil e vinte e dois.

A Mesa Administrativa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de **8.620.328,15 euros** e um total de fundos patrimoniais de **5.283.722,53 euros**, incluindo um resultado líquido de **121.311,06 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma de Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase(s)

1- De acordo com o indicado na Nota 9 "Acontecimentos após a data do Balanço" do Relatório de Gestão, Portugal e a Europa enfrentam já uma quinta vaga de covid-19, tendo ocorrido, em Portugal, novo confinamento no mês de janeiro, nomeadamente entre os dias 1 e 9, obrigando a uma nova avaliação por parte das diversas autoridades da necessidade de adoção de medidas de exceção. O 'pico' das infeções pela nova variante acabou por ocorrer nas primeiras semanas de fevereiro, acreditando-se que a esta data, dada a evolução da vacinação e do elevado número de pessoas já recuperadas da doença, a situação pandémica esteja agora controlada e em fase decrescente, pelo que não é de esperar que a

pandemia continue a provocar efeitos negativos significativos, na economia em geral e na atividade da empresa em particular.

O aumento das pressões inflacionistas que já se vinham sentindo, provocadas pelo agravamento dos preços da energia, que afetam transversalmente todos os setores de atividade e penalizam, em particular, o consumidor final, sofreram um brutal agravamento com o estalar da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Estas pressões inflacionistas que se fazem já sentir nos preços dos combustíveis, onde se têm verificado sucessivos aumentos de preços, poderão conduzir a um aumento dos custos fixos e dos gastos de estrutura da empresa, bem como uma perda de competitividade e eventual redução do volume de vendas e de serviços prestados. Adicionalmente, a guerra no seio na Europa tem provocado uma disrupção no normal funcionamento dos mercados e do livre comércio, pela implementação de sanções económicas e comerciais por parte de vários países, o que, a par da enorme e sem precedentes crise de refugiados, criou atualmente, elevada incerteza no comércio e relações económicas a nível mundial e, em particular, quanto à execução prevista da atividade da empresa, cuja duração estará intimamente correlacionada com a duração e dimensão da guerra.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente,

se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

São João da Madeira, 7 de abril de 2022

Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, S.R.O.C.
Representada por:
Ângelo Manuel Oliveira Couto, R.O.C. nº 590
registado na CMVM com o nº 20160245

Conselho Fiscal Quadriénio 2020-2023

PARECER N.º 8/2020-2023

Relatório e Contas do Exercício de 2021 da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 31 do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro o Conselho Fiscal apreciou o Relatório e Contas de Gerência do Exercício Económico de 2021.

Foram examinadas as demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro relativas ao exercício económico de 2021 as quais compreendem:

- O Balanço e respetivo Anexo à data de 31 de Dezembro de 2021 evidenciando um ativo líquido total de 8.620.328,15 euros (oito milhões seiscentos e vinte mil trezentos e vinte e oito euros e quinze cêntimos) e um fundo de capital de 5.283.722,53 euros (cinco milhões duzentos e oitenta e três mil setecentos e vinte e dois euros e cinquenta e três cêntimos), incluindo o resultado líquido positivo no valor de 121.311,06 euros (cento e vinte e um mil trezentos e onze euros e seis cêntimos);
- As demonstrações de resultados e o Relatório da Mesa Administrativa;
- A Certificação Legal de Contas.

Responsabilidades

É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação das demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada no exame analítico daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

No desempenho das nossas funções, acompanhamos a evolução da atividade da Instituição, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido, quer da Mesa Administrativa quer dos Serviços Administrativos as informações e esclarecimentos solicitados.

Comentários

A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro encerrou o exercício económico de 2021 com um resultado líquido positivo no valor de 121.311,06 euros (cento e vinte e um mil trezentos e onze euros e seis cêntimos).

Não pretendendo efetuar uma abordagem às contas da Santa Casa, uma vez que essa análise já foi publicada no Relatório e Contas, podemos, no entanto, referir que, comparativamente ao exercício económico de 2020 houve uma diminuição do prejuízo no montante de 271.179,54 euros (duzentos e setenta e um mil cento e setenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos) o que traduz em termos

Sede || Rua de Coimbra n.º27, 3810-086 Aveiro | Tel.: 234426732 | NIF: 500852073 | E-mail: scma.geral@scmaveiro.pt | Site: www.scmaveiro.pt

operacionais num aumento de resultados de 297.216,17 euros (duzentos e noventa e sete mil duzentos e dezasseis euros e dezassete cêntimos).
Apesar de, no exercício em análise, se continuassem a sentir as dificuldades motivadas pela pandemia da COVID-19, pode constatar-se pelo documento apresentado que a Instituição se soube adaptar à nova realidade e que, no decorrer do ano em referência, houve, dentro do que era possível, um regresso da normalidade da atividade da instituição.

Importa também referir que o atual saldo do débito de irmãos (Fundadores/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros) no montante de 109.373,25 euros deverá merecer uma reflexão por parte dos órgãos de gestão.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro em 31 de dezembro de 2021.
Assim, somos de parecer que a Mesa Administrativa poderá submeter à Assembleia-Geral, para apreciação e votação, os supracitados documentos de prestação de contas do exercício de 2021.
Nesta conformidade somos de parecer que:
Seja aprovado o Relatório e Contas de gerência apresentado;
À Mesa seja conferido um voto de louvor pelo esforço e dedicação com que, apesar dos tempos críticos que ora atravessamos, vem gerindo e acompanhando a vida da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

Agradecimentos

Desejamos manifestar à Mesa Administrativa o nosso apreço por toda a colaboração prestada.

Aveiro, 14 de abril de 2022

O Conselho Fiscal,

(Francisco José Silva Ferreira)

(João Manuel da Cruz Martins)

(Maria Judite Martins da Silva)

Mod. 0001.00